

A estrutura de concreto da escada helicoidal, antes da colocação das vedações; foto de 1955.

O arquiteto Fayet diante dos tapumes e da placa da obra do Palácio da Justiça, em foto de 1954.

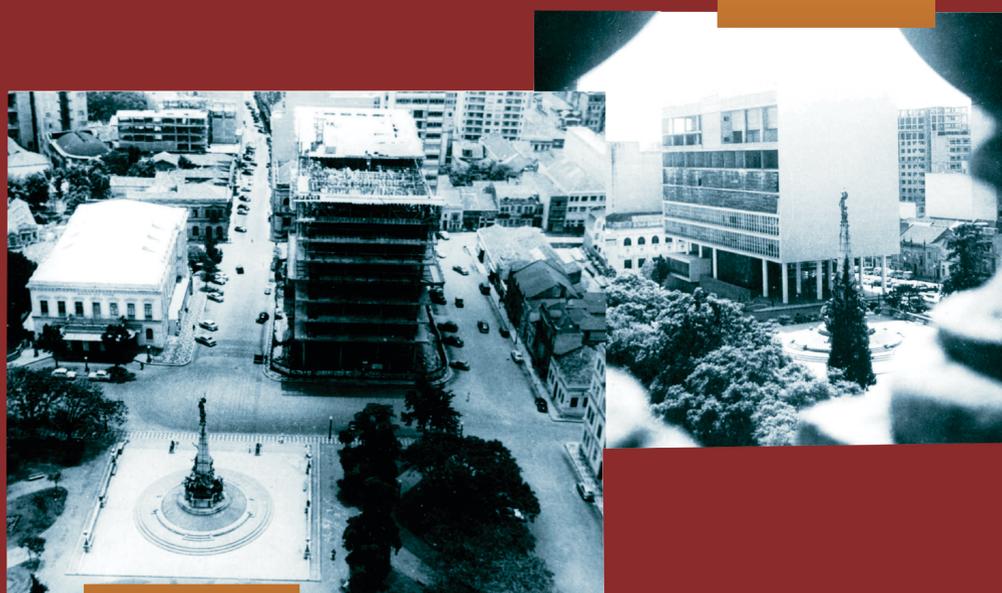


E A ARTE FICOU PARA DEPOIS

Devido à escassez de recursos, a construção do Palácio arrastou-se pela década de 1960. A falta de verbas inviabilizou a execução de elementos significativos da composição arquitetônica. Os brise-soleil, elementos para proteção solar da face oeste, não foram instalados. Pastilhas cerâmicas substituíram as placas de pedra natural que revestiriam as fachadas, mas guardou-se a semelhança, em cor e textura, com a pedra especificada. A estereotomia projetada para as placas de pedra também foi preservada na colocação das pastilhas.

Uma escultura da deusa grega da Justiça, a ser criada pelo escultor e arquiteto Fernando Corona, pai de FerLuis nando Corona, penderia da elevação sul, em frente à praça. Grandes murais cobririam os campos cegos das fachadas leste e oeste. Os amplos espaços de circulação, o Tribunal Pleno e o Tribunal do Júri seriam contemplados com murais e esculturas. Esse projeto de artes não chegou a ser realizado.

O Palácio da Justiça, no início da década de 1960, com as esquadrias colocadas até o 2º andar e ainda sem os muros de proteção dos terraços. Foto tomada da platibanda vazada do telhado do Palácio Piratini.



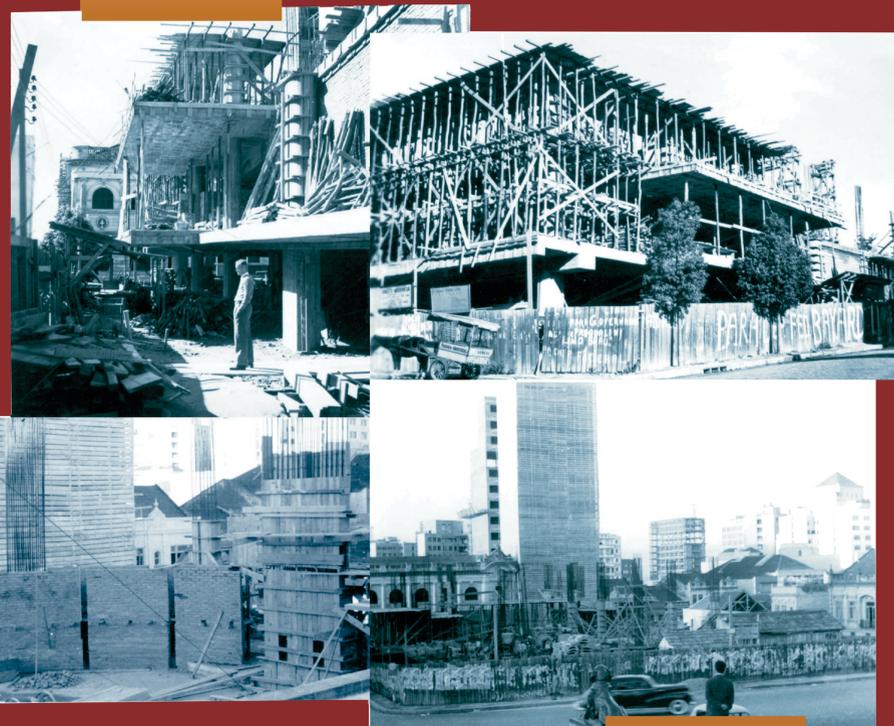
A Praça da Matriz no final de 1956: a estrutura do Palácio estava concluída do subsolo à cobertura, mas ainda sem as vedações das esquadrias e alvenarias que viriam a compor os planos das fachadas; o autor do projeto estrutural foi o engenheiro Ivo Wolf, que fazia parte da equipe do projeto executivo.

OS PRIMEIROS ANOS DA CONSTRUÇÃO

Em maio de 1953, a Secretaria das Obras Públicas firmou contrato com o arquiteto Luis Fernando Corona para o desenvolvimento do projeto do Palácio da Justiça, em colaboração com a firma Barcellos & Cia. Ltda. As plantas do projeto executivo foram assinadas por Corona e Fayet.

Em 30 de dezembro de 1953, a empresa Estacas Franki Ltda. contratou as obras de estaqueamento das fundações do prédio. A execução da estrutura de concreto armado, realizada pela Construtora Ernesto Woebcke S/A, estendeu-se de dezembro de 1954 a abril de 1957, quando foram contratadas as alvenarias de tijolos com a firma Carvalho & Hosken Ltda. Corona e Fayet acompanharam a construção desde o seu início e, em junho de 1960, foram contratados pela SOP para prestar assessoramento e assistência arquitetônica até a conclusão das obras.

A Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas (SOP) licitou as obras do Palácio da Justiça em várias etapas. No final de 1955, a construtora Woebcke concluiu a estrutura, até a laje de piso do 4º andar.



Imagens da construção evidenciam a estrutura independente, obtida pela tecnologia do concreto armado. A ossatura independente, com as lajes em balanço, libertou as paredes da antiga função de sustentação, desvinculou da estrutura as fachadas e as janelas, possibilitando a vedação com grandes painéis de vidro.

A CONCLUSÃO DA OBRA.

Construído ao longo de 15 anos, em meio a graves crises institucionais e políticas que culminaram no golpe militar de 1964, o Palácio da Justiça foi inaugurado em dezembro de 1968. Era um momento conturbado da vida política do País. Os movimentos de reação da sociedade civil eram duramente reprimidos. As manifestações culturais eram sufocadas pela censura. Os expurgos e as cassações de professores empobreciam as universidades. As faculdades de Arquitetura, onde amadurecia o ideário da arquitetura moderna, em meio a intenso debate sobre a cultura brasileira e a reforma universitária, foram muito atingidas. Corona e Fayet, então professores dos cursos de Arquitetura e de Belas-Artes da UFRGS, foram expurgados da Universidade. Em 1968, quando o Palácio da Justiça foi inaugurado, os arquitetos não estavam presentes na solenidade.

Nas solenidades de inauguração da nova sede, a Tropa estadual perfilou-se diante do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Balthazar Gama Barbosa, que conduziu o hasteamento da bandeira.



Soldados do Batalhão Bento Gonçalves compoem a guarda de honra na solenidade de inauguração do Palácio da Justiça. Pela manhã, Dom Vicente Scherer abençoou o crucifixo, entronizado no Salão do Tribunal Pleno.

OCUPAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO

Antes mesmo da ocupação de 1968, o projeto do Palácio da Justiça, definido em 1953, já não correspondia às novas demandas da Justiça. Durante as obras, as plantas foram sofrendo alterações, à medida que o Judiciário crescia. O Juizado de Menores e a Procuradoria-Geral do Estado, incluídos no programa inicial, nem chegaram a ocupar o prédio, cedendo espaço a outras funções.

Tão logo foi inaugurado, uma reforma no 4º andar abriu espaço para instalar o Tribunal de Alçada, em 1971. E assim foi nas últimas décadas: o Tribunal de Justiça crescia, e a demanda por espaço exigia sucessivas reformas. Essas intervenções trouxeram grande prejuízo a elementos arquitetônicos essenciais à identidade do edifício. Os terraços foram fechados e ocupados por Secretarias de Câmaras, salas de sessões, gabinetes. O mesmo destino tiveram a Galeria de Casamentos, o restaurante e a ampla área iluminada que contornava a escadaria a cada andar. No térreo, o hall de entrada foi bloqueado por divisórias e o Salão do Júri foi desmontado para abrigar parte do Tribunal de Alçada.



Imagens da reforma feita para a instalação do Tribunal de Alçada no 4º andar, em 1971. Ali funcionou por muitos anos a sala de sessões conhecida como Plenarinho, demolida no início das obras de recuperação do Palácio da Justiça, em 2001, para ceder lugar às novas instalações da Corregedoria-Geral.

À direita, o Palácio da Justiça, em 1968, tal como foi inaugurado, com os terraços abertos; à esquerda, já com os terraços fechados por esquadrias e alvenarias. Nesse processo de ocupação desordenada, apenas os terraços do Tribunal Pleno foram preservados.



A INAUGURAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Em 28 de dezembro de 1968, o Tribunal de Justiça deixou o edifício Comendador Azevedo e instalou-se oficialmente no Palácio da Justiça, retornando à Praça da Matriz. Mas, desde 1962, a primeira instância vinha ocupando os primeiros pavimentos, à medida que eram concluídos.

O Desembargador Balthazar Gama Barbosa, Presidente do Tribunal de Justiça, conduziu as solenidades de inauguração, iniciadas às 9 horas da manhã com uma missa celebrada pelo Arcebispo Dom Vicente Scherer. Às 10 horas, em sessão especial do Tribunal, foi entronizado no Salão Pleno o crucifixo que ainda hoje se pode ver nas sessões plenárias.

À noite, um coquetel foi oferecido a convidados e autoridades, dentre as quais estavam o Governador, Cel. Walter Peracchi Barcellos; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Waldir Lopes; o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Pery Condessa; e o Prefeito Municipal, Célio Marques Fernandes, além de Ministros do STF e autoridades militares.

O Juiz de Paz oficiava o matrimônio civil na Galeria de Casamentos do Palácio da Justiça; acima, foto do casamento de Adair Lopes Pithan e Leopoldina Petry, 29 de dezembro de 1962.



O Juiz de Paz oficiava o matrimônio civil na Galeria dos casamentos do Palácio da Justiça; acima, foto do casamento de Adair Lopes Pithan e Leopoldina Petry, 29 de dezembro de 1962.

A GRADATIVA DESOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO PALÁCIO

Apesar das reformas e dos espaços densamente ocupados, o Palácio da Justiça parecia ficar cada vez menor. Algumas funções da Justiça passaram a ser exercidas em outros prédios, como no da Secretaria da Fazenda e no Forte Apache.

Com a construção do Foro Central, que abrigou o primeiro grau em 1989, e a mudança do Tribunal de Alçada para imóvel locado, em 1990, ficaram no prédio apenas o segundo grau e as funções administrativas. Ainda assim, logo suas dependências voltariam a ser insuficientes, e novo edifício foi construído para abrigar o Tribunal. Em janeiro de 1998, a 4ª Câmara Criminal deixou o Palácio, iniciando a transferência do segundo grau para as novas instalações, na Av. Borges de Medeiros. E, em 22 de novembro de 1999, o Pleno do Tribunal realizou sua última sessão no Palácio da Justiça, concluindo a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio. Em janeiro de 2000, apenas a Alta Administração e as atividades administrativas permaneciam no Palácio.